

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História

A IDEOLOGIA DO MOVIMENTO TENENTISTA

Monografia do Curso de História,
da Universidade Federal do Paraná.
Prof. Orientador: Luis Carlos Ribeiro
Autor: Cleber de Barros

Curitiba

2005

Introdução

O tema desse trabalho é a ideologia tenentista, do primeiro levante em 1922, os 18 do Forte de Copacabana; até o exílio da Coluna Prestes, em 1927 na Bolívia. Essa delimitação ocorre, pois esses levantes tenentistas ocorrem com características muito parecidas, os tenentes lutam isolados e não buscam vinculação com a classe política. Após o exílio da Coluna, os remanescentes do Tenentismo, se aproximam dos políticos dissidentes e ocorre uma cisão interna no movimento tenentista.

O movimento tenentista é fruto da crise da República Velha e é um dos principais agentes no fim da República Velha e início do Estado Novo. O tenentismo teve início na década de 20 e sua primeira manifestação foi em 1922. O Brasil era governado pelo sistema café-com-leite, que consistia no revezamento no poder federal, das duas principais forças da economia brasileira; São Paulo com a exportação do café e Minas Gerais, com a produção de gado. Esse sistema tinha como características, o protecionismo da economia agropecuária, principalmente do nosso principal produto de exportação da época – o café. Também era característica desse pacto governamental, a corrupção do poder, com fraudes eleitorais e com a oligarquia dominante exercendo sua força no poder.

No contexto de mais uma sucessão presidencial, aonde o sistema café-com-leite controlavam e fraudavam as eleições, os militares descontentes com essa realidade se rebelaram. Toda a sociedade – excluindo os cafeicultores e a oligarquia – ficavam a mercê do sistema. A insatisfação das classes médias e populares vinha crescendo aos poucos. A campanha sucessória do presidente Epitácio Pessoa desencadeia a primeira manifestação tenentista. A razão principal foi à questão eleitoral para a presidência; os militares apoiavam Nilo Peçanha, candidato da oposição e o governo na pessoa de Epitácio Pessoa, apoiava Artur Bernardes, candidato da política café-com-leite.

A crise se agrava por causa de uma carta atribuída ao candidato Artur Bernardes, na qual o exército era insultado. Criou-se uma polêmica sobre a veracidade da carta, mas o Exército estava certo de sua autenticidade e ficou revoltado contra Artur Bernardes.

“De um lado a dignidade e a honra das Forças Armadas ofendidos pelos ‘políticos’ e ‘homens do poder’ (o civilismo de Epitácio Pessoa e as ‘cartas falsas’ atribuídas ao candidato de São Paulo e Minas, Artur Bernardes)”.¹

Os militares de baixa patente, principalmente tenentes², se revoltaram contra o governo e a cinco de julho de 1922 vários quartéis se levantaram em desagravo ao governo. Com problemas de organização, o movimento foi vencido e o último quartel a se render foi o de Copacabana, no qual aconteceu o célebre ato corajoso de 17 militares e um civil, que enfrentavam de peito aberto às tropas do governo estacionadas na praia. Cerca de dois mil soldados legalistas contra os dezoito rebeldes, após um breve tiroteio, os rebeldes tombaram mortos ou gravemente feridos. Esse fato entrou para a História como o “Levante dos 18 do Forte de Copacabana”, e sobreviveram apenas dois militares: Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

Após essa manifestação tenentista de 1922, o candidato do governo ganhou a eleição, graças às fraudes eleitorais. Com o governo de Artur Bernardes, o clima de insatisfação continuava e após exatos dois anos do “Levante dos 18 do Forte de Copacabana”, a cinco de julho de 1924, outras conspirações tenentistas eclodiram e tomam de assalto à cidade de São Paulo. Os rebeldes querem a derrubada do governo local e central, obtêm sucesso em São Paulo onde ficam no controle da cidade, por cerca de um mês. Já no segundo objetivo tiveram insucesso, pois esperavam outros levantes que não aconteceram. Alguns poucos focos de rebeldia aconteceram, mas foram dispersos e desorganizados, fatos que levaram ao fracasso esses levantes.

O único que teve sucesso foi o levante no Rio Grande do Sul, que aconteceu em outubro de 1924, que foi chefiado pelo Capitão Luis Carlos Prestes. O insucesso em 1924 na cidade de São, resultará no mais famoso ato do tenentismo – A Coluna Prestes. Os rebeldes de São Paulo derrotados põem-se em retirada militar e vão dirigindo-se para o Oeste do Paraná, aonde pretendem sitiar-se e esperar a chegada dos rebeldes do Rio Grande do Sul. Esse encontro acontece em abril de 1925 e após debates dos líderes revolucionários, nasce a Coluna. Esta durará cerca de dois anos e percorrerá aproximadamente 25 mil quilômetros, sem ser derrotada e mantendo viva a chama da revolução. Em 1927, a Coluna se exila na Bolívia e termina a primeira fase do tenentismo.

¹ FORJAZ, Maria C. Spina. **Tenentismo e Aliança Liberal. (1927-1930)**, p. 23.

² Razão pela qual o movimento adquiriu esse nome de Tenentismo, foi que a grande maioria dos revoltosos possuía a patente de Tenentes, mas havia outras patentes como Capitães, Cabos e Soldados; e alguns poucos de maior patente, como Generais, Coronéis, Majores, etc.

O tenentismo nessa fase atua de forma independente, não procura manter contato com políticos e também não busca um apoio efetivo com as camadas populares brasileiras. O tenentismo baseado numa ideologia de cunho liberal procura purificar o sistema de governo e garantir o cumprimento da Constituição. Sua ideologia não é bem clara e essa é uma característica do movimento tenentista, uma ideologia difusa, elitista e com idéias vagamente liberais.

Na segunda fase do tenentismo, que tem início com o fim da Coluna Prestes, os tenentes já não são unificados e acontecem divergências quanto aos rumos da revolução. E nesse ponto que acontece a cisão no tenentismo, tendo Luis Carlos Prestes se afastado da liderança do tenentismo. A partir desse ponto, o tenentismo muda de características e se aproxima dos políticos dissidentes, até ser vitorioso com a Revolução de 1930. Mas sobre essa etapa do tenentismo, não irei analisar, me dedicando somente a primeira fase do tenentismo, de 1922 a 1927.

CAPÍTULO 01

O CONTEXTO DA REPÚBLICA VELHA E O SURGIMENTO DO TENENTISMO

Para entendermos o tenentismo e sua ideologia, é indispensável abordar esse movimento dentro do contexto da década de 20, época da República Velha e posteriormente sua crise até a Revolução de 20.

“País de passado colonial com quatro séculos de escravismo, o Brasil conhecia uma acumulação capitalista muito lenta e o fluxo de sua renda para o exterior colocava-o na escala da economia dependente. Era uma economia agrária e exportadora, com um povo que, em amplas áreas, vivia fora da economia de mercado e cujo mercado interno, limitado por isso mesmo, pertencia a empresas estrangeiras, que nos proviam do necessário ao atendimento das necessidades mais elementares, mesmo à alimentação, pois a nossa economia agrícola e pastoril, de subsistência, era insuficiente para isso”³.

Na última década do século, a industrialização passa a ser um fato indiscutível, o modo de produção capitalista tornava-se dominante na estrutura sócio-econômica; com a Abolição da Escravatura em 1888, desaparece o modo de produção escravista colonial e tem início o modo de produção capitalista. Paralelamente, o capitalismo no Brasil surgia e se afirmava, tendo como uma de suas principais peculiaridades a dependência dos centros imperialistas, para onde se dirigiam as exportações brasileiras de produtos primários, e de onde vinham os antigos manufaturados e de consumo destinados àquela parte da população que tinham acesso ao mercado interno.

Dessa forma, na última década do século passado, com a aceleração do processo de industrialização, resultante da acumulação de capitais ocorrida principalmente na produção do café, mas também em outros setores da economia, o modo de produção não só se tornaria dominante em termos nacionais, como subordinaria os mais diversos tipos de relações não-capitalistas preexistentes e – o mais importante – manteria intocável o latifúndio, ou seja, o monopólio da propriedade privada da terra. Em outras palavras, o capitalismo avançava sem precisar realizar uma reforma agrária. O desenvolvimento capitalista dependente, nas condições

³ SODRÉ, Nelson W. **O tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 11.

de escassez de capitais e de mão-de-obra, conservava e subordinava as relações não-capitalistas preexistentes, por um lado, e gerava novas formas de relações capitalistas, por outro.

As mudanças na base econômica significavam, certamente, que ao mesmo tempo, se davam transformações na estrutura de classes da sociedade brasileira. Nesse sentido, ao corroborar a supremacia do modo de produção capitalista, a abolição contribuiu para acelerar o processo de formação das duas classes fundamentais do capitalismo – o proletariado e a burguesia. No Brasil, essas duas novas classes ingressavam no cenário social envoltos por uma espessa teia de ligações e relações com o anterior sistema social escravista, dificultando a própria configuração de suas identidades.

Em síntese, pode-se dizer que a classe operária, no período que correspondeu à República Velha, não obstante ter crescido numericamente e em grau de contextualização, chegando a participar de lutas importantes, principalmente no primeiro pós-guerra, trazia em si as marcas do processo de sua formação num país atrasado e dependente dos centros imperialistas, onde o capitalismo ia surgindo sem liquidar as estruturas sócio-econômicas preexistentes. Era um proletariado disperso e desorganizado e, como não poderia deixar de ser, extremamente sensível às influências das ideologias dominantes.

A nascente burguesia industrial também surgia marcada pelas condições específicas em que se dava o processo de transição ao capitalismo no Brasil, revelando-se, dessa forma, dependentes e estreitamente ligados aos setores oligárquicos, dos quais, em grande medida, provinham. A burguesia cafeeira surgia dos antigos senhores de escravos, que se iam transformando em capitalistas, muitos dos quais investiam em diversos ramos industriais.

Se a transição ao capitalismo, nas condições brasileiras, se dava sem mudanças bruscas de classe no poder, mas através do aburguesamento de grupos oligárquicos ligados principalmente à produção e exportação do café, que iriam se tornar dominantes durante a República Velha, o próprio processo de industrialização e urbanização levaria ao crescimento não só do proletariado, como dos setores intermediários das populações urbanas.

Os setores médios das populações urbanas do país durante a República Velha, constituíam um universo extremamente diversificado, englobando desde funcionários em empresas públicas e privadas no comércio, indústria, bancos e transportes, intelectuais, militares, religiosos, funcionários do Estado e outros. No que diz respeito à atuação política desses setores intermediários, durante a República Velha, todas as evidências mostram que, pela sua própria formação, no bojo de uma economia marcada pela dominação das oligarquias agro-exportadoras, as camadas médias urbanas não poderiam deixar de ser caudatárias dessas oligarquias, ou seja, esses setores populacionais mostraram-se incapazes de elaborar um projeto político autônomo e

desenvolver uma atividade política independente dos grupos oligárquicos dominantes ou dissidentes aos quais serviam de massa de manobra.

O federalismo, entendido como maior autonomia para as províncias – o que viria a beneficiar principalmente a burguesia cafeeira paulista –, servia na verdade, o aspecto mais importante do novo regime e da Constituição de 1891. A sua adoção permitiria que o desenvolvimento capitalista da província de São Paulo adquirisse um novo e importante impulso. Entretanto, surgiu a necessidade de compatibilizar os interesses hegemônicos da oligarquia paulista com as conveniências locais de diversas oligarquias regionais. Surgem assim, as condições que fizeram nascer o Pacto Café com Leite, tendo São Paulo e Minas Gerais papel decisivo na política nacional, revezando-se na presidência da República esses dois Estados, com uma base de apoio mais alguns dos outros Estados brasileiros.

Forjava-se assim, nas condições peculiares do Brasil, a combinação original de uma Constituição liberal, cuja pedra de toque era o federalismo, com uma prática política baseada no Coronelismo e no atendimento das exigências dos grupos oligárquicos. O povo continuaria ausente da vida política da Nação.

A base econômica da hegemonia paulista durante a República Velha – constituída principalmente pelas atividades de produção e exportação do café – mostrava-se frágil e vulnerável às variações da economia mundial e do mercado internacional. Os sucessivos abalos por que passaria a cafeicultura eram ao mesmo tempo, causa e efeito da crise estrutural que abalava os alicerces da economia nacional.

Além disso, o próprio desenvolvimento capitalista em curso no país ia gerando uma sociedade mais complexa e diversificada, em que novas forças sociais e políticas começavam a exigir que seus interesses e reivindicações fossem ouvidos e atendidos. Não só os grupos oligárquicos marginalizados pela hegemonia paulista buscavam formas de articulação e pressão, visando à conquista de maiores espaços na política nacional, como também o proletariado e as camadas médias urbanas passavam a tentar influir nos acontecimentos políticos, ensaiando novas formas de mobilização e organização, ainda que incipientes.

No primeiro pós-guerra, o Brasil seria marcado por oscilações conjunturais bruscas, a queda dos preços do café seria vertiginosa, agravada por uma grande safra, o que acarretaria uma crise da qual o período da República Velha não se recuperaria.

O Brasil vivia uma grave crise não só econômica, como também social, política, ideológica e cultural, que colocava em xeque toda a República Velha. O sistema de dominação oligárquico, implantado com o advento da República, começava a desmoronar. Durante os anos

20, a situação política do país iria agravar-se, passando por várias etapas de um processo de crescente aguçamento das contradições sociais e política.

“Em semelhante ambiente, somente uma coisa era eternamente visível e presente: o mal-estar. Todos sentiam uma opressão, uma agonia indecifrável. Como alívio e vingança, as populações agitavam-se ansiosas de derrubadas... Os governos eternos Judas, eram os pontos de mira de todas as angústias e hostilidades, o alvo de todas as oposições.”⁴

“O sistema começa a apresentar sinais inquietantes de desequilíbrio, nos primeiros anos da década de vinte que se revelam no inconformismo das classes médias e, sobretudo, nas revoltas tenentistas.”⁵

Ao iniciar-se a década de 20, a situação social e política torna-se explosiva. O ano de 1922 é significativo dentro desse contexto, houve três acontecimentos importantes nesse ano, que marcam bem o clima do país. A fundação do PCB empolgado o nascente movimento operário no Brasil; a Semana de Arte Moderna, que desencadeia um processo de questionamento dos padrões culturais e artísticos do Brasil; e finalmente, a eclosão do movimento tenentista.

A 5 de julho de 1922, o episódio dos 18 do Forte de Copacabana marca o início do movimento tenentista, movimento este que têm grande papel no meio político e social na década de 20 e início da década de 30. O clima revolucionário estava instalado no país, cabe questionar quais seriam as forças sociais e políticas capazes de dirigir a revolução brasileira.

O movimento operário, embora houvesse crescido e revelado um alto grau de combatividade no final dos anos 10, com grandes greves em São Paulo e Rio de Janeiro, existia apenas em alguns centros urbanos e de modo disperso. Na realidade, o movimento operário não possuía condições para assumir um papel de liderança na luta política que dilacerava a Nação.

As oligarquias dissidentes, pautaram-se sempre pela prudência e moderação, não se dispunham a conduzir o processo revolucionário. Preferiam o caminho dos entendimentos e das manobras políticas, métodos tradicionais empregados pelas classes dominantes da época. A esmagadora maioria da Nação era composta pelas populações rurais, submetidas ao domínio dos “Coronéis”, cujo poder fora mantido graças ao funcionamento dos mecanismos estabelecidos pela velha estrutura das grandes latifúndios. Viviam num mundo à parte, sem nenhuma participação na vida política nacional, a não ser nas eleições fraudulentas, aonde votavam a

⁴ ROSA, Virgínio Santos. **O sentido do tenentismo**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. 34.

⁵ FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930, historiografia e história**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 92.

mando do chefe político local (os Coronéis), fato que ficou conhecido como o “voto de cabresto”. Portanto, não havia como esperar que viesse a surgir dos setores rurais um movimento de questionação as oligarquias dominantes.

A burguesia industrial vinha crescendo e adquirindo feição própria, com interesses próprios a defender, mas continuava pela sua formação, profundamente entrelaçada com os setores oligárquicos, o que lhe impedia de assumir uma postura independente.

“A burguesia ascensional não tem condições para empreender a tarefa de derrocar a estrutura política velha: está, de um lado, profundamente comprometida com o latifúndio, e, de outro lado, temerosa do proletariado, que começa a crescer e a se organizar e cujas manifestações de crescimento e de organização a assustam. A classe operária brasileira, que a ascensão do capitalismo coloca no palco, paralelamente ao aparecimento da burguesia, começa a manifestar-se, praticamente, desde os fins do século XIX, mas o seu peso é ainda pouco significativo.”⁶

As camadas médias urbanas tornavam-se mais numerosas e diversificadas, englobando amplos setores populacionais, principalmente nas grandes cidades, tanto na área de serviços públicos e privados, como na burocracia estatal, no meio da intelectualidade e dos profissionais liberais. Ideologicamente, as camadas médias urbanas dependiam da classe dominante e mostravam-se incapazes de formular um projeto próprio, independente. Com a crise dos anos 20, o descontentamento generalizado e o agravamento das condições de vida, a falta de possibilidade de influir na vida política, contribuíram decisivamente para levá-las à revolta e à disposição de apoiar ações radicais contra a ordem estabelecida, os governos estaduais e central.

“Assim, sem representação regular nos Congressos e sem meios se alcançá-la, os espíritos saídos do seio das classes médias se voltaram para a campanha de reforma da lei eleitoral vigente. Pediam um novo código, mais consentâneo com a atualidade mundial e mais propício aos desejos de representação das minorias. Uma porção tão considerável das populações nacionais, justamente a parte mais esclarecida, não podia permanecer por mais tempo fora do quadro social brasileiro. (...) E as classes médias, dos centros urbanos, alijadas das posições de mando e cargos eletivos, pela ação decisiva da plebe dos latifúndios, ficavam absurda e criminosamente, à margem dos quadros políticos brasileiros, sem influência orientadora nos destinos pátrios.”⁷

⁶ SODRÉ, Nelson W. **A coluna Prestes: análises e depoimentos**. São Paulo: Círculo do Livro, 19-. p. 25.

⁷ ROSA. **op. cit.** p. 37 -38.

É nesse contexto de ausência de forças sociais ou políticas capazes de capitalizar o clima revolucionário existente, transformando o descontentamento generalizado em ação política contra os grupos dominantes, que ascendem os jovens oficiais do Exército e da Marinha.

“Se são militares que formam na vanguarda dos movimentos de regeneração política do Brasil, é que suas armas lhes davam a possibilidade de agir; e não estava ainda em condições de substituí-los a ação das massas populares, desorganizadas e politicamente inativas. Os ‘tenentes’ assumirão por isso a liderança da revolução brasileira.”⁸

Os “tenentes” eram parte de uma corporação militar com interesses próprios, mas essa instituição não estava afastada da sociedade e dos seus problemas; ao contrário, os militares não só provinham, em sua maioria, dos setores médios da sociedade, como mantinham estreito contato com as populações civis, com a vida política e social do país.

“(…) o comportamento político ideológico dos tenentes só pode ser explicado pela conjugação de duas dimensões: sua situação institucional como membros do aparelho militar do Estado e sua composição social como membros das camadas médias urbanas. A superposição dessas duas ‘situações’ teria produzido o tenentismo.

A participação no aparelho militar do Estado, responsável pelo resguardo das instituições, explicaria o impulso de intervenção no processo político para corrigi-lo, ‘reconduzindo-o’ a seus marcos institucionais. Enquanto militar, o tenente se vê como responsável pela sociedade e como representante dos interesses gerais da nacionalidade, além do que, possui os instrumentos para concretizar sua intervenção: a força e a organização.”⁹

No Brasil, havia uma tradição de intervenções militares na política, durante os últimos anos do século XIX e os primeiros deste século, os militares continuaram a ter participação na vida política (Ver tabela 01 em anexo). A situação das Forças Armadas no Brasil eram precárias, o que perturbava os militares. Foram tomadas medidas para tentar modernizar as Forças Armadas, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial.

“O movimento tenentista surgiu em consequência de que o ano de 1922, 1921/22, acentuou-se profundamente a crise econômica do primeiro pós-guerra. Porque a guerra terminou em 1918, mas a crise econômica se torna mais sentida aqui no Brasil já no ano 1920, 1921/22. Então a

⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. Prefácio. In MOREIRA LIMA, Lourenço. **A coluna Prestes**. p. 14

⁹ FORJAZ, **Tenentismo...**, p. 20 -21.

oficialidade mais jovens do Exército, da Marinha – ainda não havia Aeronáutica – sentia as conseqüências dessa crise, os vencimentos eram relativamente baixos para a inflação, para o nível que já atingiam os preços. Havia um outro descontentamento no meio da jovem oficialidade. Os melhores alunos da Escola Militar tinham estudado já alguma coisa da experiência da Primeira Guerra Mundial e das mudanças na técnica, são novidades que a guerra trouxe para a técnica militar: o tanque, o avião, a metralhadora pesada de rapidez de tiro muito maior. Contudo, os oficiais terminavam a Escola Militar, chegavam aos quartéis e não tinham nada disso. Tinham uma decepção tremenda porque nos quartéis só havia o fuzil Mauser de 1908. Nem fuzil metralhadora não havia. Por isso havia também descontentamento.”¹⁰

Embora, desde o início do século, existisse a preocupação com a modernização das Forças Armadas, os resultados eram insatisfatórios. Grande centro de formação da oficialidade brasileira, a Escola Militar da Praia Vermelha fora fechada em 1904 – após mais uma de suas revoltas – e só voltou a funcionar em 1911, agora no Rio, a Escola Militar do Realengo.

Três turmas de oficiais, viajaram a Alemanha para estagiar no exército alemão, o mais bem preparado. Foram enviados em 1906, 1908 e 1910 os oficiais brasileiros, dentre eles o de maior destaque foi Bertoldo Klinger. A esse grupo de oficiais ficou conhecido como Jovens Turcos e após seu retorno ao Brasil passaram a tentativa de renovar as Forças Armadas, inclusive fundaram a revista *A Defesa Nacional*, onde difundiam a nova mentalidade trazida da Alemanha.

Após o fim da 1ª Guerra e com a derrota da Alemanha, esse modelo foi trocado pelo exemplo francês – um dos países chave na vitória dos aliados.

“O trabalho dos jovens ‘turcos’ foi completado pela chegada da Missão Francesa, em 1920. (...) A derrota da Alemanha tornara impossível missão deste país, como era o desejo dos ‘turcos’. Embora limitada, por exigências do Estado-Maior do Exército, a um papel de consultora, a Missão teve efeitos profundos em toda a organização do exército.”¹¹

Apesar do esforço para modernizar as Forças Armadas essas medidas não obtiveram total êxito. O despreparo e a incompetência militar ficaram evidente com os levantes tenentistas no decorrer da década de 20.

¹⁰ PRESTES, Luis Carlos. Luis Carlos Prestes e os antecedentes da revolução de 1930. **Revista de Sociologia Política**, p. 02.

¹¹ FAUSTO, Boris (org.) **História geral da civilização brasileira**. T. 3: O Brasil Republicano. v. 2: Sociedade e instituições. Ao Paulo, Difel, 1977, p. 199.

“Quando Luiz Carlos Prestes, à frente da Coluna que mais tarde tomou seu nome, inaugurou uma nova tática – ‘a guerra de movimento’ –, até então desconhecida dos militares brasileiros, os generais a serviço do governo ficaram perplexos, desnorteados e sem saber como agir. Seus conhecimentos de arte militar não lhes permitiam defrontar com êxito as novas formas das investidas rebeldes, de suas manobras e emboscadas. Apesar da sua superioridade em armamento, efetivos militares e apoio logístico, as forças da ‘legalidade’ não conseguiram derrotar a Coluna Prestes, que partiria invicta para o exílio.”¹²

Essa crise no meio das Forças Armadas, aliada com a crise político-social que o país passava na década de 20, fez com que os militares ficassem insatisfeitos e propícios a agitações e revoltas. Passam então os militares a serem personagens importantes no contexto do país, tanto como instrumentos para a reação de contestação do quadro que atravessava o país, como inclusive líderes da “oposição” as oligarquias dominantes.

Os tenentes reuniram uma série de condições específicas, que lhes permitiam transformar-se na vanguarda política da luta contra o domínio oligárquico da burguesia cafeeira e seus aliados. Além de disporem de armas, estavam organizados numa instituição de caráter nacional – o Exército – fato diferencial dos demais setores populacionais, que estavam desarticulados e não possuíam meios de contestação ao governo. Além disso, os tenentes eram majoritários dentro do Exército, como tinham um nível cultural acima da média do país, o que lhes facilitava a possibilidade de liderança (Ver tabela 02).

O tenentismo ao expressar principalmente os anseios de liberdade e de maior participação política das camadas médias urbanas, revela-se na verdade, um movimento que nem era militarista – no sentido de defender os interesses corporativos dos militares –, nem estava isolado da sociedade, das populações urbanas do país. Enquanto movimento, o tenentismo nunca foi um movimento bem estruturado, hierarquizado e definitivo. Essa própria denominação – tenentismo – só passou a ser empregada mais tarde e por outras pessoas que não os tenentes que se definiam revolucionários. O que havia era uma constante movimentação da jovem oficialidade do Exército, que conspirava, prepara levantes – em sua maioria fracassados – e finalmente, com alguns elementos mais destacados. Esses elementos foram personagens destacados nos levantes tenentistas da década de 20, como Luiz Carlos Prestes, Miguel Costa, Siqueira Campos, João Alberto Lins de Barros, Juarez Távora, Isidoro Dias Lopes, Djalma Dutra, entre outros.

¹² PRESTES, Anita Leocádia. **Tenentismo pós – 30; continuidade ou ruptura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 20.

Enfim, foi com a soma de vários fatores do contexto brasileiro das décadas de 10 e 20, que as intervenções militares surgem por todo os anos 20 como uma possibilidade de contestação ao sistema governamental que imperava no Brasil.

CAPÍTULO 02

OS LEVANTES MILITARES DO TENENTISMO

É dentro desse contexto, que surge no Brasil um movimento de contestação, um movimento muito característico, pois se encontra localizado dentro de uma instituição governamental da qual se esperava ser um eixo de sustentação do regime – as Forças Armadas. Como já foi destacado anteriormente, o movimento tenentismo surge de uma conjugação de fatores que vinham se instaurando no Brasil desde a Proclamação da República e que se agravam ainda mais com o fim da Primeira Guerra Mundial e sua subsequente crise mundial.

O Brasil em particular, atravessava uma grave crise econômica e social, essa crise explode definitivamente na campanha sucessória à Presidência da República no ano de 1922. Além de problemas econômicos com a crise de exportação do café e com problemas constantes de insatisfações dos Estados frente ao governo federal, em 1922 ocorre o primeiro levante tenentista.

Esse levante surgiu como reação à campanha do candidato Arthur Bernardes à presidência. O eixo São Paulo – Minas Gerais lançou como candidato, nos primeiros meses de 1921, o presidente mineiro Arthur Bernardes; fruto do pacto do “café-com-leite”, que imperava no Brasil há alguns anos. Contra essa candidatura levantou-se primeiramente o Rio Grande do Sul e mais tarde, os Estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, que formaram a Reação Republicana e teve como candidato Nilo Peçanha.

“Apesar da veemência com que estava sendo conduzida a campanha eleitoral pelos partidários extremados dos dois candidatos, as Forças Armadas se vinham mantendo ausentes de qualquer participação na mesma, até que um fato de extrema gravidade acabou por envolvê-lo nas suas intrigas. A nove de novembro de 1921, estampou o Correio da Manhã – um dos mais combativos órgãos da imprensa carioca –, em sua primeira página, uma carta duramente insultuosa à dignidade da oficialidade do Exército, e atribuída à autoria do Sr. Arthur Bernardes.”¹³

Após a publicação da carta, Arthur Bernardes nega veemente à autoria da mesma, mas o Exército não aceita a negação de Arthur Bernardes. Esta feito o rompimento entre Forças Armadas e Arthur Bernardes que iria durar até 1926 em seu término de mandato e que desencadearia três levantes armados (concretizados com algum sucesso). Após a publicação abriu-se um debate em torno da veracidade das cartas, após uma reunião do Clube Militar ficou decidida à elaboração de um laudo técnico para a constatação da veracidade das cartas. A

¹³ TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas; memórias.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973, p. 111.

comissão formada por representantes do Clube Militar e por representantes de Arthur Bernardes, desentenderam-se e cada qual deu uma conclusão ao caso.

Os militares acreditando na veracidade das cartas ficaram magoados com a pessoa de Arthur Bernardes e fizeram uma nação de repúdio à sua candidatura. Mas em março de 1922, as eleições presidenciais confirmaram a vitória de Arthur Bernardes sobre Nilo Peçanha. O Clube Militar ainda tentou junto ao Congresso Nacional impedir o reconhecimento da vitória de Bernardes, fato que não aconteceu. Além disso, começou a ocorrer uma perseguição dentro do Exército aos “inimigos” de Bernardes, sendo adotado o regime odiento das transferências em massa.

Essa perseguição foi feita a pedido do Presidente Epitácio Pessoa, o que fez recair sobre si a antipatia do Exército, até então destinada, exclusivamente ao seu sucessor Arthur Bernardes.

Com a medida das transferências dos oficiais descontentes com Bernardes, acabou por espalhar o foco de conspiração que já havia dentro do Exército. O estopim dos descontentamentos ocorre alguns meses depois, com a prisão do Marechal Hermes da Fonseca – presidente do Clube Militar – e subsequente fechamento do Clube Militar, por razões ligadas à sucessão presidencial de Pernambuco; a que veio agravar ainda mais a irritação do Exército com o governo.

“A sedição militar de 1922 explodira, inopidamente, como uma desafronta aos brios do Exército, insólita e desnecessariamente ofendidos, pelo então presidente da República e seu indigitado sucessor. Não visava – pelo menos até o momento de ser desencadeada – senão depor uma autoridade constituída – o Sr. Epitácio Pessoa e impedir, talvez a posse da autoridade constituenda do Sr. Arthur Bernardes. Não ultrapassava, portanto, os limites da mera questão pessoal, surgida entre a força armada e dois altos funcionários da República.”¹⁴

O levante ficava marcado para a noite de quatro para cinco de julho, tendo início na Escola Militar do Realengo e depois se propagando para outros pontos – conforme conspirações anteriores haviam planejado e se comprometidos. Mesmo tendo conspirado e planejado e se comprometidos. Mesmo tendo conspirado e planejado o levante por meses, as coisas não ocorreram como os “rebeldes” queriam. Após os levantes em alguns pontos militares e mesmo tendo obtido algum sucesso momentâneo, as tropas foram pouco a pouco sendo vendidas.

¹⁴ TÁVORA, Juarez. **À guisa de depoimentos sobre a revolução brasileira de 1924**. São Paulo: Tipografia de O combate. 3 volumes, 1927/28 p. 143 – 144.

A exceção do Forte de Copacabana, em que os “rebeldes” estavam no controle desde a madrugada do dia 5 de julho e permaneciam isolados ainda no dia 7 de julho, quando todos os outros levantes já haviam fracassado.

“A 7, uma pequena parte da guarnição do Forte, liderada por um pugilo de jovens oficiais – Antônio de Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Newton Prado e Mário Tamarindo Cárpenter – e aos quais se juntou o civil gaúcho Otávio Correia – decidiu enfrentar, de peito aberto, os defensores do governo, escrevendo nas areias de Copacabana, com o seu sangue generoso, a epopéia de bravura dos ‘Dezoito do Forte’. Um desses oficiais – Mário Cárpenter – e o civil Otávio Correia morreram na refrega. Os outros só deixaram de lutar quando, já gravemente feridos, não mais podiam mover-se. Um deles – Newton Prado – veio a falecer, poucos dias depois, no Hospital Central do Exército, em conseqüência dos ferimentos recebidos.”¹⁵

“Sob o enérgico e vigoroso comando do Tenente Antonio de Siqueira Campos, reduzido grupo de oficiais e praças decidiu enfrentar as tropas governistas que se concentravam em Copacabana. Siqueira Campos, depois de abrir os portões aos que desejassem abandonar o movimento, partiu a bandeira do Forte em dezoito pedaços, que entregou aos que haviam optado pela luta até o fim. O extraordinário feito desse pequeno grupo, que se deslocou ao longo da praia de Copacabana, ao encontro das forças legais, tornou-se, com a ressonância que alcançou em todo o país, e com a sua glorificação pela imprensa. Se oposição, uma das motivações fundamentais das ações que se sucederiam ao longo dos anos. (...) O heroísmo dos revoltosos abalou, realmente, o povo brasileiro e deu a medida da extrema a que chegara a paixão pela causa que defendiam.”¹⁶

Após o término desses levantes se cinco de julho de 1922, houveram muitas prisões e o afastamento dos milhares envolvidos nos levantes. O governo buscou anular os principais líderes dos levantes tenentistas de 1922, com prisões, afastamento e transferências, mas, mais uma vez fracassou em suas pretensões. O que ocorreu foi justamente o inverso, as conspirações continuaram e se propagaram nas prisões militares e por todos os quartéis do Brasil.

Nesse contexto, surgem então nomes destacados que irão preparar o segundo levante tenentista, entre eles os irmãos Távora, Miguel Costa e Isidoro Dias Lopes. Desde o início das prisões após o levante de 1922, começa-se as conspirações para um próximo levante contra o governo. Tendo como principal mentor e entusiasta Joaquim Távora, o segundo levante tenentista estava sendo traçado para ser executado no aniversário de dois anos do primeiro levante, no dia

¹⁵ TÁVORA, **Uma vida ...**, p. 119.

¹⁶ SODRÉ, **A coluna ...**, p. 27.

05 de julho de 1924, uma forma de homenagem aos companheiros mortos dois anos antes na tentativa de derrubar o governo.

“Ao malogro do movimento armado seguiram-se as prisões e transferências de unidades. Cinco meses de detenção fizeram de mim um bom revolucionário. O convívio, na prisão, com outros oficiais mais esclarecidos em política, ensinou-me muita coisa. O capitão Joaquim Távora tornou-se nosso líder.”¹⁷

“Assim, quando o exército novamente se agitou [1924], numa reação contra os abusos do poder, já não cogitava, apenas, de defender – como fizera em julho de 1922 – os seus melindres, ofendidos pela autoridade constituída. Queria sacrificar-se, generosamente, para salvar das loucuras da politicagem profissional, os últimos esteios da democracia agonizante.”¹⁸

Foi com essa característica que em cinco de julho de 1924 acontece o segundo levante tenentista, com seu foco principal no Estado de São Paulo, para onde se deslocam os principais líderes do movimento. Apesar do General da Reserva Isidoro Dias Lopes ter sido nomeado comandante dos rebeldes – por uma questão de hierarquia e por respeito a sua idade e sua figura –, na realidade o seu líder verdadeiro foi o Capitão Joaquim Távora.

O plano era iniciar a revolta em São Paulo e depois esperar à eclosão de outros levantes em outras cidades do Estado e no restante do país. Na madrugada do dia 5 tem início o levante, que tem no seu início sucesso quase absoluto. Mesmo com uma resistência das forças governistas que se encontravam em São Paulo, que durou quatro dias desde o seu início, os rebeldes conseguem ao dia 10 de julho estar no controle da cidade de São Paulo.

“Os quartéis da Força Pública rendem-se sem disparar um tiro. A primeira unidade policial a soar o toque de formatura, em sinal de adesão, é o Regimento de Cavalaria, sublevado pelo major Miguel Costa, que faz parte da corporação, em pouco mais de quinze minutos, a bandeira rebelde tremula, triunfante, sobre o temido bastião da polícia paulista. Num golpe de audácia, com apenas um punhado de soldados, os conspiradores conseguiram que a cidadela da Luz se dobrasse, sem oferecer resistência, como fora planejado. Apesar da sucessão de imprevistos e atropelos que quase comprometem o sucesso da rebelião, o movimento segue o seu curso, vitorioso.”¹⁹

¹⁷ BARROS, João Alberto Lins de. **A marcha da coluna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953, p. 29.

¹⁸ TÁVORA, J. **À guisa** ..., p. 145.

¹⁹ MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Record, 1995, p. 59.

Após o breve sucesso inicial do movimento, os rebeldes se vêem acoados pela contra-ofensiva governista, que vai abafando os outros focos de rebelião no Estado e no país, e que vai cercando os rebeldes na cidade de São Paulo. Após alguns dias de rebelião, os tenentes se encontram delimitados no meio urbano da cidade e sendo bombardeados pelo governo, o que além de minar a resistência rebelde, prejudica toda a população civil da cidade de São Paulo que se encontra no meio do fogo cruzado.

“Apesar do aparente equilíbrio no campo militar, o QG rebelde está sendo dolorosamente acoado por dissensões internas. O destino da rebelião não mais se decide no fogo das trincheiras, mas numa batalha de gabinete, uma luta de lideranças entre as duas principais figuras da revolta: o general Isidoro Dias Lopes, o chefe supremo da revolução, e o major Miguel Costa, um dos cérebros militares do levante.”²⁰

O general Isidoro é favorável a levar a luta a um campo mais benéfico aos rebeldes e poupar à população civil de São Paulo, imagina poder conseguir fora de São Paulo manter a revolução viva. Já Miguel Costa insiste em não abandonar a cidade e levar as tropas a um campo aberto. Com a morte de Joaquim Távora a 19 de julho, durante a resistência na cidade, fica mais difícil a permanência na cidade e acaba prevalecendo à decisão de se retirar de São Paulo.

“Ao iniciar-se a segunda quinzena de julho – sobretudo, a partir do dia 20 – a situação da revolução, dentro de São Paulo, tornara-se insustentável, pela impossibilidade de revezar e reorganizar suas forças espalhadas e embaralhadas nos entrincheiramentos da defesa; pela ameaça de envolvimento que já se delineava; e pelo recrudescimento dos bombardeios indiscriminados da artilharia governista, semeando a morte e o pânico entre a população civil da cidade.”²¹

Assim, os revolucionários se retiram de São Paulo após 23 dias de levante e controle da cidade, tomam rumo ao sudoeste, esperando chegar ou ao Mato Grosso ou ao Paraná. Com a retirada, os revolucionários esperavam manter a revolução viva e que novos levantes acontecessem pelo país em apoio à sua causa.

“O segundo 5 de julho, o de 1924, teve dimensão muito maior do que o primeiro, que ficara marcado pelo sacrifício heróico dos 18 do Forte de Copacabana. Tratava-se agora, do controle sobre a segunda cidade do país, na época, e seu maior parque industrial, onde, portanto, estava

²⁰ **Ibid.**, p. 59.

²¹ TÁVORA, **Uma vida ...**, p. 144.

concentrada massa operária de dimensão já significativa. De outro lado, os efetivos militares empenhados na revolta eram muito mais vultuosos e dispunham de efetivos e armamento muito mais importantes do que ocorrera antes. Entre o dia 5 e o dia 28, quando os revoltosos decidem abandonar a cidade de São Paulo e retrair para o sul do país, a crise militar alcançou sua dimensão máxima.”²²

Enquanto os rebeldes vão se retirando do Estado de São Paulo, outros levantes tenentistas acontecem por todo o Brasil, mas esses levantes não conseguem manter-se por muito tempo e logo são sufocados. Os rebeldes chegam ao Paraná em setembro de 1924 e vão ocupando a região Noroeste do Estado, aonde decidem sítiar-se e esperar novos rumos para a Revolução. Os rebeldes têm como principais pontos de controle do Estado, as cidades de Guaíra, Foz do Iguaçu e Catanduvas, sendo essa última, o ponto onde está localizado o grosso revolucionário e o ponto aonde acontece os principais embates entre rebeldes e governistas.

Nesse período já estava em ação uma conspiração no meio do Exército do Rio Grande do Sul, a fim de apoiar os rebeldes paulistas. Já nos primeiros dias de outubro, elementos rebeldes gaúchos chegam ao Paraná para tratar dos planos do levante e à ligação dessas duas forças rebeldes.

“A revolução no sul está muito mais adiantada do que Bernardes pode supor. Os conspiradores marcaram até a data os levantes: 29 de outubro, um sábado. O plano conta com a aprovação dos chefes civis que fornecerão homens e armas à rebelião. Juarez será o responsável pela sublevação da guarnição de Uruguaiana; Siqueira Campos, de São Borja, e João Pedro Gay, de São Luís. O capitão Luis Carlos Prestes levantará o Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo.”²³

Esses levantes no Rio Grande do Sul acontecem com êxito e controlam algumas cidades do Estado, mas continuam sofrendo o cerco governista. No início de novembro o couraçado São Paulo se rebela, sob o comando do tenente Herculino Cascardo. O couraçado São Paulo é um dos mais poderosos navios da frota brasileira e sua rebelião intencionava bombardear o Palácio do Governo no Rio de Janeiro. Mas o resto da armada não aderiu à revolução e os rebeldes do couraçado São Paulo se vêem obrigados a se retirar rumo ao Oceano é a primeira vez que a Marinha enfrenta uma revolução, alguns anos antes, em 1910, ocorre a Revolta da Chibata, que os marinheiros reclamam das condições de tratamento dentro da Marinha. Os rebeldes navegam em direção ao Sul e decidem entregar o couraçado em Montevideú e pedir asilo.

²² SODRÉ, **O tenentismo ...**, p. 29 – 30.

²³ MEIRELLES, **As noites ...**, p. 246.

Nesse meio tempo, as tropas rebeldes gaúchas se locomovem em direção ao Paraná e as tropas paulistas resistem no Noroeste paranaense.

“A situação no teatro de operações do Oeste paranaense continuava sem grandes alterações para as forças revolucionárias, embora estivesse crescendo a pressão que sobre elas exerciam as tropas governistas.”²⁴

“Depois de terem sofrido, durante quase seis meses, toda sorte de misérias e provações, os rebeldes entrincheirados e Catanduvás vivem agora um momento desesperador, diante da gigantesca ofensiva das tropas legalistas (...). À proporção que as horas passam, em meio ao imenso bombardeiro, os rebeldes resistem, como loucos, agarrados a uma nesga de esperança: a situação poderia mudar, a qualquer momento, com a chegada das tão esperadas tropas gaúchas, lideradas pelo coronel Luis Carlos Prestes.”²⁵

A queda de Catanduvás, no Paraná, foi um duro golpe aos rebeldes que lutavam desde o dia 5 de julho de 1924 e passados sete meses de lutas, não viam um horizonte animador. Catanduvás rende-se no final de março de 1925, época que a Coluna gaúcha já se encontrava no território paranaense, mais não era mais possível resistir à pressão das tropas governistas. No início de abril, elementos mais avançados da Coluna Gaúcha se encontram com os líderes paulistas e discutem os novos rumos da Revolução.

“Nós da Coluna e os remanescentes do movimento de São Paulo tínhamos agora que decidir definitivamente dos destinos da revolução. O dilema era claro. Capitular ante as forças legalistas ou invadir o Paraguai para atingir o Estado do Mato Grosso e prosseguir na luta. A decisão foi unânime, invadiríamos a República vizinha sem agressão, indenizando os prejuízos porventura causados e respeitando integralmente a propriedade privada. Cuidamos também da reorganização do mando e do reagrupamento das tropas.”²⁶

O objetivo principal era manter acesa a chama da revolução, visando a atrair as forças inimigas para o interior do país, o que naquele momento poderia contribuir para que outros levantes militares acontecessem em todo país e viesse acontecer adesões à sua causa. Efetivamente, durante a Marcha dos rebeldes pelo Brasil, chegaram a eclodir diversos levantes militares em vários pontos do país, embora mal organizados e fadados ao fracasso pela sua

²⁴ TÁVORA, **Uma vida ...**, p. 173

²⁵ MEIRELLES, **As noites ...**, p. 352.

²⁶ BARROS, **A marcha ...**, p. 77.

própria espontaneidade, esses atos de rebeldia expressavam o sentimento revolucionário que empolgava à alma do povo brasileiro.

Em abril de 1925, diante da situação criada, só restava uma saída para os rebeldes determinados a fazer a revolução durar, rumar para Mato Grosso, atravessando o Rio Paraná. Durante três dias, 27 a 29/04/1925, os rebeldes atravessaram o Rio Paraná de porto Mendes, no Brasil, para porto Adela, no Paraguai. Tem assim, o início da Marcha que iria durar dois anos e percorreria 25 mil quilômetros no interior do Brasil.

Os Generais Isidoro Dias Lopes e Bernardo Araújo Padilha foram dispensados, por já serem idosos para enfrentarem uma campanha militar. Isidoro passou a ser o líder dos tenentes, no exterior, para onde se exilou. Miguel Costa, comissionado a General, passaria a ser o comandante da Coluna, que inicialmente foi dividida em duas divisões: Divisão de São Paulo e Divisão do Rio Grande do Sul. Sendo Juarez Távora e Luis Carlos Prestes seus comandantes respectivamente. Com o passar da Marcha, Prestes viria a ser o líder indiscutível dos tenentes, inclusive a Coluna a ser designada pelo seu nome: Coluna Prestes.

“Os comandantes dos destacamentos, inclusive o chefe e subchefe do E.M., reuniram-se sob a presidência de Miguel Costa, a fim de serem resolvidas as questões graves. A opinião de Prestes era sempre predominantemente nesses conselhos. Ninguém o igualava em inteligência e capacidade militar. Todos lhe reconheciam a superioridade intelectual e gravitam em torno da sua pessoa como satélites girando ao redor de um grande sol. (...) A sua ascendência sobre a tropa crescia dia a dia, até tornar-se absoluta.”²⁷

Após meses de marcha, a Coluna se reestruturou, passando a ser constituída por quatro destacamentos: 1º destacamento, comandado por Osvaldo Cordeiro de Farias; 2º destacamento, comandado por João Alberto Lins de Barros; 3º destacamento, comandado por Antônio de Siqueira Campos; e 4º destacamento, comandado por Djalma Soares Dutra. Cada destacamento possuía, em média, 300 a 400 combatentes, que se estruturavam, esquadrões.

Se o tenentismo foi o fruto mais evidente da crise da República Velha, a Coluna Prestes marcou a década de 20 como o momento culminante das revoltas tenentistas, o episódio mais importante da “saga dos tenentes”. Se os demais levantes tenentistas foram efêmeros e, não tendo conseguido se consolidar, facilmente liquidados pelas forças governistas, a Coluna Prestes manteve-se durante dois anos e três meses, percorrendo cerca de 25 mil quilômetros através de 13 estados.

²⁷ **Ibid**, p. 149 – 150.

A Coluna jamais foi derrotada, tendo combatido com forças muitas vezes superiores em homens, armamento e apoio logístico. A Coluna, em sua marcha pelo Brasil, acabaria derrotando 18 generais. Os 1500 homens,²⁸ que percorreram o país rebelados contra o governo de Arthur Bernardes, não só não foram esmagados, como realizaram uma marcha de proporções históricas – somente sendo superados pela marcha de Alexandre o Grande, vencendo a marcha de Aníbal e outros grandes personagens históricos.²⁹

Prestes inovou ao adotar a tática da guerra em movimento, à guerra das guerrilhas, em que o movimento é a garantia da vitória e o imobilismo o caminho para a derrota.

“Acreditávamos naqueles companheiros que haviam ficado até então inativos, certos de que eles abraçariam a nossa causa na ocasião oportuna. O mais importante, no momento, era continuar a campanha e não nos deixar abater. Para isso, seria mister marchar sempre, fazer a luta de movimento, causar os adversários e renovar continuamente nossos quadros. Só nos empenharíamos em luta séria quando isso fosse todo em todo necessário ou quando uma vitória fácil nos trouxesse renovação de armamento e remuniciamento.”³⁰

A Coluna partiu para o exílio boliviano vitorioso, uma vez que não fora desbaratada e conseguira manter-se organizada, travando combates e derrotando inimigos até o último momento. O exílio seria apenas uma opção consciente para os homens da Coluna.

A Coluna Prestes foi uma marcha militar, mas adquiriu algumas características de movimento popular: a maioria de seus soldados eram homens simples do povo – e entre eles umas 50 mulheres –, principalmente trabalhadores do campo, analfabetos ou semi-analfabetos, que combatiam com grande heroísmo e abnegação, confiando em seus comandantes e acompanhando-os com enorme entusiasmo. E a própria convivência prolongada nas fileiras da Coluna levaria a que surgisse em seu seio um novo moral – o moral do combatente da Coluna, que lutava pela liberdade e pela justiça para o povo brasileiro, ainda que esses conceitos fossem vagos para a maioria da população brasileira na época.

Mas a Marcha não só forjou um novo tipo de combatente, que se batia por um ideal,³¹ como também formou líderes de envergadura – o mais destacado foi, Luiz Carlos Prestes –, que

²⁸ Número médio de participantes que a Coluna tinha durante a Marcha, às vezes tendo mais, às vezes menos, como quando se exilou com 800 homens na Bolívia.

²⁹ Segundo SODRÉ, **O tenentismo ...**

³⁰ BARROS, **A marcha ...**, p. 87.

³¹ Não ficou bem claro a Ideologia Tenentista até a Coluna Prestes. Discutirei sobre a Ideologia Tenentista no capítulo 03.

com o prestígio adquirido na Coluna, viriam influir decisivamente nos acontecimentos de 1930 e posteriormente no Governo Vargas.

“[Coluna Prestes]. Ficaria como proeza militar e como exemplo de devoção à causa revolucionária e fixaria na memória popular algumas das personagens mãos destacadas do Tenentismo. Entre elas, singularmente, a de Preste. A imprensa da oposição, que celebrava os feitos da Coluna e mantinham a atenção do público sobre eles, criou o título Cavaleiro da Esperança, com que ficou conhecido por muitos anos. O prestígio de Prestes alcançou, naquela fase, um nível como raramente, no Brasil, alguém conheceu. A partir da Coluna, e com a concordância explícita de Isidoro Dias Lopes, Prestes passaria a ser a figura militar mais destacada do país e nada se poderia concretizar sem a sua opinião ser ouvida, daí por diante.”³²

Para Edgar de Decca, Prestes passaria a ser a figura demiúrgica da política brasileira e sem dúvida o Tenentismo deveria ser usado para a purificação do sistema.

“Nesses termos, embora houvesse possibilidades de várias revoluções a partir de cada uma das propostas políticas, o sujeito político dirigente do processo não era tão indefinido assim, pois aparecia corporificado na figura de Luis Carlos Prestes e dos “revolucionários”. A partir daí, o que passa a ser definido não só os ‘tenentes’, mas sim ‘revolucionários’, sujeitos políticos por excelência, do conjunto das propostas de revolução.”³³

Após o exílio da Coluna na Bolívia, houve os primeiros contatos da oposição política brasileira com os tenentes, afim de esses aliarem-se. Nesse ponto surge uma cisão no Tenentismo, que iria marcar o início do fim do ciclo revolucionário dos tenentes. Uma parcela dos tenentes apóia os políticos e outra parcela, preza pela neutralidade dos militares e pela pureza de seus ideais. Esse conflito interno no Tenentismo, duraria até 1930, com a questão de apoio à candidatura de Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal.

No final de maio de 1930, após as eleições presidenciais em que Vargas fora derrotado, Prestes lança seu Manifesto onde deixa claro sua opinião de não apoiar Vargas e a revolução que estava sendo preparada. Também nesse manifesto, Prestes rompe com antigos companheiros Tenentistas (Távora, João Alberto, entre outros) que são de posição contrária a sua e deixa a liderança do Tenentismo, que já não era um movimento tão uniforme nesse momento.

³² SODRÉ, **O tenentismo ...**, p. 33.

³³ DECCA, Edgar Salvador de. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 83 – 84.

“A força de sua liderança era um dos fatores principais da unificação do tenentismo. (...) Nenhum tenente teve condições de assumir a chefia deixada pelo Cavaleiro da Esperança e o movimento a partir daí ficou acéfalo.”³⁴

A partir da Revolução de 1930, o Tenentismo não existe mais como movimento, o que resta são alguns ex-tenentes de destaque nos levantes tenentistas da década de 20, que continuam a ter grande relevância no governo Vargas. O movimento tenentista se descaracteriza, fato mais notável disso, é que seu líder a partir da revolução de 30 é um ex-combatente legalista que combateu contra a Coluna Prestes, o General Góes Monteiro, o que mostra a contradição que passou o Tenentismo pós-30.

Enfim, o ciclo Tenentismo se encerra em 1934, mas seu caráter puro termina com a Coluna Prestes. Sua ideologia sofre grandes transformações após 1926, com o fim da Coluna e seu exílio. Os tenentes passam a sofrer grandes modificações no seu modo de pensar, não acontece mais uma aproximação de ideais e cada qual toma rumos diferentes.

³⁴ FORJAZ, **Tenentismo ...**, p. 87.

3º CAPITULO

A IDEOLOGIA TENENTISTA

Para completar esse trabalho, cabe definir melhor a ideologia do tenentismo, ou ao menos esboçar esse aspecto desse movimento, já que nunca houve bem definida uma ideologia que representasse toda a mentalidade dos tenentes.

“O Tenentismo, particularmente entre 1922 e 1924, período rico em acontecimentos militares, tentativas armadas de tomada do poder, foi sempre pobre em manifestações programáticas. Não houve, da parte dos seus elementos mais destacados, capazes de operar feitos de extraordinário valor e até de singular heroísmo, isto é, na prática, nenhuma preocupação em definir os seus propósitos, especialmente em elaborar programas”.³⁵

Os jovens revolucionários expressavam, ainda que de forma inconsciente, a imensa insatisfação que germinava na opinião pública nacional com o domínio oligárquico representado pela política do “café-com-leite”. O tenentismo, ao expressar principalmente os anseios de liberdade e de maior participação política das camadas médias urbanas, revelava-se, na verdade, um movimento que nem era militarista – no sentido de defender os interesses estritamente corporativos dos militares -, nem poderia estar isolado na sociedade, ou melhor, das populações urbanas do país, as únicas que na época, influíam de alguma maneira na opinião pública.

É necessário assinalar que, embora os tenentes fizessem parte de uma organização de caráter nacional como o Exército – mantendo-se de uma forma mobilizados e organizados -, o tenentismo como tal nunca chegou a ser um movimento organizado, em que fosse possível encontrar algum tipo de estrutura bem definida. O tenentismo enquanto fenômeno social claramente estruturado jamais existiu. A própria denominação que lhe foi atribuída surgiu mais tarde, com o intuito evidente de melhor caracteriza-lo.

“É sempre oportuno destacar como os mais famosos desses novos sujeitos históricos, os tenentes, daquele momento até os dias de atuais, nunca reconheceram como tal [tenentes, legionário]. João Alberto, Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Miguel Costa..., Jamais se referem a si mesmos como ‘tenentes’, em falas ou memórias”.³⁶

³⁵ SODRÉ, **O Tenentismo** ..., p. 45

³⁶ BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992. p. 148

Naqueles longínquos anos 20, havia uma constante movimentação da jovem oficialidade do Exército, que conspirava, preparava levantes – em sua maioria fracassados – e, finalmente, teria alguns de seus elementos mais destacados à frente da Coluna Prestes. Tratava-se muito mais de um estado de espírito revolucionário, do que um movimento bem estruturado; estrado de espírito este que atingia não só os jovens oficiais, como amplos setores da população.

Ainda que a liderança da movimentação revolucionária pertencesse aos militares, a participação civil foi sempre considerável, tendo se tornado fundamental nos acontecimentos que culminariam com a Revolução de 30. Mas tratava-se de uma atuação extremamente dispersa e desorganizada, em que é impossível encontrar elementos efetivos de articulação estável entre os diferentes participantes.

“O povo do interior via no governo federal, nos estaduais e municipais e nos grandes fazendeiros os seus inimigos e percebia que todos eles lutavam contra nós. Não tinham consciência suficiente para aderir à luta e dar suas vidas a uma causa que ainda não compreendiam”.³⁷

Cabe ressaltar, que a falta de um programa tenentista realmente coeso e que expressa-se as reivindicações das classes médias e populares brasileiras, contribuiu para um distanciamento entre tenentes e o povo. Apesar de contar com a simpatia do povo, o tenentismo nunca conseguiu adesões significativas a sua causa dessa parcela da população. Também é relevante que os tenentes nunca deixaram claro sua posição a aceitar realmente que o povo lhe ajudasse na sua revolução, pelo menos de armas na mão, exemplo disso é que em 1924, na Revolução em São Paulo, após os tenentes controlarem essa cidade, a população civil manteve contato com os líderes tenentistas, a fim de se juntarem aos rebeldes e os tenentes ficaram receosos dessa adesão e preferiu deixa-los a parte dos acontecimentos.

No Brasil, o liberalismo era a ideologia das oligarquias; e se as idéias da classe dominante são as que predominam na sociedade, as camadas médias urbanas no Brasil não poderiam deixar de incorporar o liberalismo à sua visão de mundo. Os tenentes – pela sua origem, formação e ligações – estavam muito próximos das camadas médias urbanas. Por isso mesmo, o tenentismo, ideologicamente, viria a ser expressão dos seus anseios, inspirados nos preconceitos do liberalismo brasileiro.

³⁷ Depoimento de Luis Carlos Prestes em Sodré, **A Coluna...** p. 79

“Os referidos escritos de Juarez Távora revelam claramente que, no período citado [década de 20], as lideranças do tenentismo se mantiveram fiéis à defesa dos preceitos liberais – voto secreto, moralização dos costumes políticos, representação e justiça, etc.-, sem que, em nenhum momento, levantassem bandeiras de caráter autoritário, centralizado, corporativista ou nacionalista (...)”.³⁸

“Sentíamos a firme vontade de lutar pelas franquias democráticas, pela liberdade de pensamento, pela verdade eleitoral, contra a corrupção em todas as suas formas e contra a prepotência dos governos dos governos. Firmamos nossos princípios e escrevemos cartas que mandávamos por gente de confiança aos nossos amigos”.³⁹

“A gente falava em patriotismo. Queríamos políticos honestos, patriotas, que governassem o Brasil para o bem estar do povo, para o Brasil se fortalecer, se livrar de ser colônia. O movimento foi isso. (...) pensava em entregar o Brasil a um governo honesto, para que pudesse continuar nossa pátria grande, melhorando sempre, e não ficasse nessa situação”.⁴⁰

No início, quando da eclosão do primeiro 5 de julho, em 1922, os revolucionários não chegaram sequer a lançar algum manifesto ou declaração programática. Sabia-se apenas que se haviam rebelado em desagravo ao Exército pelas ofensas que lhe tinham sido feitas por Arthur Bernardes, candidato eleito em março daquele ano à Presidência da República, e que seria empossado em novembro. Queriam que sua posse não se efetivasse.

Com a deflagração dos levantes de 1924, ou seja, com o segundo 5 de julho, viriam à luz os primeiros manifestos tenentistas. Não bastava agora, declarar que pretendiam a derrubada de Arthur Bernardes, visavam a sua substituição por um elemento honesto e que cumprisse a Constituição de 1891.

Com a conquista do voto secreto e da representação popular, os tenentes imaginavam que seria possível o cumprimento efetivo da Constituição Republicana e dos seus princípios liberais. Tratava-se, portanto, de moralizar os costumes políticos para que os princípios liberais pudessem funcionar de fato. Para os tenentes, cabia aos militares desempenhar esse papel: salvar o país e as instituições dos maus políticos, recorrendo à força das armas para estabelecer e legítimo governo constitucional.

³⁸ PRESTES, *op. cit.*, p. 15

³⁹ BARROS, *op.cit.*, p.109

⁴⁰ LEAL, Aristides. **Aristides Leal (depoimento, 1975-7)**. Rio, FGV/CPDOC – história oral, 1979. 161 p. dat. p. 100

No fundamental, o tenentismo manteve-se fiel à defesa da ordem e das instituições. Para os tenentes era importante atingir a unificação da justiça e do ensino, assim como do regime eleitoral e do físico, medidas que contribuíram para moralizar os costumes políticos.⁴¹

O que efetivamente distinguia os tenentes das oligarquias dissidentes, que se encontravam em oposição aos governos de Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes, e dava ao seu liberalismo um caráter radical, era a sua postura revolucionária, entendida como o recurso às armas. Enquanto os políticos profissionais vacilavam e buscavam os caminhos da conciliação, os tenentes lutavam de armas na mão pelos seus ideais. O liberalismo radical dos tenentes era fruto da crise Republicana Velha.

Outro aspecto da ideologia tenentista é um afastamento da revolução junto às classes populares. Boris Fausto, em seu livro *A Revolução de 1930; historiografia e história*, identifica na ideologia tenentista o elitismo, pois a insurreição militar sempre esteve desligada das classes populares brasileiras.

“O ‘elitismo’ tenentista se revela logo, na estratégia revolucionária: a insurreição desligada das classes populares, incapazes de superar a passividade e promover, por suas próprias mãos, a derrubada das oligarquias”.⁴²

Fica claro essa posição tenentista, nos acontecimentos da Revolução Paulista de 1924 e sobretudo nos escritos de Lourenço Moreira Lima, secretário da Coluna Prestes e quem lançou um livro que foi o diário da marcha. Em várias passagens desse “livro-diário”, o autor demonstra o descrédito que os tenentes têm em relação às classes populares, incapazes de fazer a revolução. Também destaca o perigo que poderia ser a revolução via classes populares, um perigo para a ordem social que os tenentes, zelavam tanto.

Em nenhum momento, os tenentes, pretenderam mobilizar as massas do campo para a luta, organiza-las ou conscientiza-las de alguma forma. A sua visão elitista impedia-os de ver nas massas, urbanas ou rurais, uma força capaz de influir nos acontecimentos políticos.

“Esse afastamento foi resultante lógica da profunda e inominável ignorância dos nossos sertanejos, que são inteiramente destituídos de patriotismo”.⁴³

⁴¹ Sobre a ideologia tenentista, o livro de Juarez Távora: **A Guisa...**, traz uma síntese do que pode ser definido como as reivindicações tenentistas, na segunda parte trata especificamente sobre os conteúdos e reivindicações tenentistas.

⁴² FAUSTO, **A Revolução...**, p. 65

Em sua marcha pelo Brasil, a Coluna em movimento algum chegou a perceber que, se levantasse a bandeira da reforma agrária, talvez pudesse arrastar alguns contingentes de homens do campo. O problema social decorrente do monopólio da terra inexistia para os tenentes. Além disso, seu elitismo e uma visão militarista da luta pelo poder condicionava seus métodos de ação, derrubando o presidente através de um golpe militar. Em seu percurso pelo Brasil, jamais pretenderam desencadear uma revolução popular; buscavam no máximo, soldados para o seu exército e apoio logístico. A revolução para os tenentes era uma missão para ser feita pelos militares, jamais pelas massas.

O exame da trajetória do tenentismo revela que esse movimento teria que chegar a um beco sem saída, pois seu programa liberal não era suficiente para a solução da crise que o país atravessava. Em fevereiro de 1927, a Coluna se exilava na Bolívia, sem ter sofrido nenhuma derrota mas também sem saber como dar prosseguimento à luta que se desdobrava desde 1922.

“O Tenentismo passou por algumas fases, em seu desenvolvimento histórico. Na primeira fase, entre 1922 e 1927, timbrou em ostentar o seu caráter militar, fazendo disso um exclusivismo e tendendo a manter um sentido de pureza que o distanciava das forças políticas tradicionais. (...) O sentido essencial dessa fase, a sua marca, está na pureza, isto é, na exclusividade buscada e mantida, no distanciamento da política feita pelos políticos. Esta, para os militares revoltados, é uma forma impura de ação pública”.⁴⁴

Com o fim dessa primeira fase do Tenentismo, os remanescentes da Coluna se exilam na Bolívia e depois ocorre um distanciamento de posições dos principais líderes tenentistas. Já no exílio, ocorre à sondagem de políticos aos líderes tenentistas e cada qual, assume uma postura diferente em relação à política. Prestes se aproxima do comunismo, Juarez Távora e mais alguns companheiros se aliam aos políticos gaúchos e lançam a Aliança Libertadora. Ocorre nesse momento uma cisão no tenentismo, e inicia-se uma segunda fase desse movimento.

“A segunda fase do Tenentismo começa com o exílio de seus remanescentes e coincide com as mudanças que começaram a ocorrer no quadro político brasileiro, com o aparecimento de partidos organizados de oposição, não mais simplesmente ligados a crises sucessórias, mas pretendendo ação prolongada (...). (...). A tendência natural aproxima essas forças políticas dos remanescentes do Tenentismo. (...). Esta segunda fase, pois, mostra o Tenentismo aceitando alianças com forças

⁴³ LIMA, **op. cit.**, p. 182

⁴⁴ SODRÉ, **O Tenentismo...**, p. 56-57

políticas civis, isto é, rompendo o seu isolamento e, assim, abandonando o sentido de pureza antes esposado. O acontecimento principal dessa segunda fase é a chamada Revolução de 1930, resultante não só de organizações políticas tradicionais como de executivos estaduais”.⁴⁵

“Como é sabido, o tenentismo, principalmente a partir do encerramento da Marcha da Coluna Prestes, em fevereiro de 1927, havia obtido uma enorme repercussão, empolgando a opinião pública nacional. Com isso, o prestígio dos ‘tenentes’ e, em especial, de L.C. Prestes – transformando pela imprensa da capital da República no ‘Cavaleiro da Esperança’ – fora habilmente utilizado pelas lideranças das oligarquias dissidentes, durante a campanha da Aliança Liberal. Entretanto, o rompimento de L.C. Prestes com os ‘tenentes’, em maio de 1930, viria a consagrar a crise do movimento tenentista, a partir da qual esse movimento não seria mais o mesmo, perdendo paulatinamente as características que o haviam definido até então”.⁴⁶

Como considero esse o ponto de cisão do Tenentismo – a aliança com políticos profissionais -, e a perda da identidade do movimento tenentista, esse trabalho só visa a discutir o tenentismo até esse momento, sendo que a Aliança Libertadora e a Revolução de 1930 serão deixadas sem uma análise mais profunda. Pois considero que não há uma continuidade na ideologia Tenentista, apesar de os personagens tenentistas influírem decisivamente nesses acontecimentos. Também por se tratar de uma fase na vida política brasileira, que merecem uma análise mais profunda e cuidadosa.

Enfim, considero o Tenentismo desde sua formação em 1922, até o exílio da Coluna Prestes em 1927, como um movimento de ideologia fraca e não muito nítido. Não se pode falar em ideologia do movimento como um todo, o que aparece são falas de alguns dos seus elementos mais destacados e que nem sempre estão em sintonia. Foi esse o motivo pelo qual optei pela utilização de livros de memórias e depoimentos de ex-tenentes, para poder construir uma média do pensamento desses elementos e esboçar a ideologia tenentista.

⁴⁵ **Ibid.**, p. 57-58

⁴⁶ PRESTES, **op. cit.**, p. 19

CONCLUSÃO

Para terminar esse trabalho, cabe fazer um arremate final sobre o movimento tenentista. Irei me limitar a destacar alguns pontos que julgo fundamentais destacar novamente, pontos resultantes da análise que empreendi sobre a Crise da República Velha e do Tenentismo.

Desde a proclamação da República em 1889, ocorreram importantes mudanças superestruturais no contexto brasileiro – tanto no meio social, político e econômico. Essas mudanças foram ocorrendo aos poucos, mas grande parte da população brasileira estava ficando a reboque dessas modificações da realidade brasileira. Entre estas mudanças, se destaca o estabelecimento da República Federativa, que levou à ascensão do poder dos setores da classe dominante ligados à produção cafeeira – a oligarquia do café.

Com o estabelecimento desses elementos no poder, às classes médias e populares do Brasil, estavam cada vez mais afastadas dos destinos da nação brasileira. Eram classes que estavam sem representação nenhuma nas decisões da política brasileira, suas condições sociais e econômicas eram cada dia mais penosas. O descontentamento com a direção que o país ia tomando, vinha crescendo aos poucos.

Devido ao tipo de desenvolvimento capitalista – que teve lugar nas três primeiras décadas republicanas – marcado por uma série de características particulares ao Brasil, o sistema de dominação estabelecido com o advento da República havia se esgotado. Desencadeava-se, assim a crise desse sistema, que seria agravada e acelerada pela conjuntura internacional pós Primeira Guerra Mundial.

O tenentismo veio a ser fruto da crise da República Velha, representando nas condições da década de 20, a revolta possível contra o domínio oligárquico. Primeiramente agindo em defesa da honra do Exército, os tenentes são os primeiros elementos a questionar ativamente à situação brasileira e seu governo. Agem na base da espontaneidade, típica da idade da maioria dos jovens tenentes que se levantam em 1922. Sem se preocupar com uma base ideológica para a sua “Revolução”, os tenentes se revoltam e agem isoladamente, sem contar com o apoio de qualquer outra camada da população, são apenas os militares.

Já em 1924, no segundo levante tenentista, a experiência revolucionária adquirida dois anos antes, faz com que os tenentes se encontrem mais maduros. Agora não agem apenas em defesa de seus brios ofendidos, levantam – mesmo que de forma discreta – a bandeira da defesa das garantias liberais estabelecidas pela Constituição de 1891. Suas reivindicações são de pequenas reformas no sistema governamental, querem a troca do presidente da República, o qual

consideraram incapaz para o cargo e a sobreposição por outro elemento capaz de salvaguardar os direitos da Nação.

Lançam alguns manifestos onde esboçam as suas reivindicações e deixam transparecer sua ideologia liberal – tão em voga nesse momento. Continuam os tenentes, a agir isoladamente, sem procurar apoio de outros elementos, à sua “Revolução”. Esse distanciamento, ocorre justamente por sua ideologia ser difusa, fraca e suas ações serem pautadas pelo espontaneísmo e não tanto pela razão.

Os tenentes pagam o tributo dessa falha na sua ideologia, não conseguindo o apoio que precisavam para obter sucesso na sua “Revolução”. Fato disso, que em 1930, quando ocorre uma grande aliança entre diferentes grupos da vida política brasileira – tenentismo, políticos dissidentes e a população civil - , a Aliança consegue através de um golpe militar derrubar o governo e Getúlio Vargas assumir a Presidência.

Mas apesar da ideologia tenentista ter sido difusa, o movimento tenentista conseguiu grande popularidade junto aos políticos dissidentes e as camadas médias urbanas e rurais. Seu prestígio junto à opinião pública era notório e foi utilizado com muita habilidade por Getúlio Vargas, na campanha da Aliança Liberal e posteriormente no seu governo. O tenentismo lançou-se como movimento de vanguarda na Crise da República Velha e germinou no seio da população brasileira, o sentimento de que algo devia ser feito. Principalmente com a Coluna Prestes, que percorreu quase todo o Brasil, o tenentismo levou às populações rurais e urbanas o ideal de uma revolução possível.

ANEXOS

Tabela 1 – As forças armadas na primeira república

Arma	Principal grupo envolvido	1889	1891	1892	1893	1895	1897	1904	1910	1915	1922	1924	1930
Exército	Oficiais superiores			X									X
	Oficiais inferiores	X				X	X	X			X	X	X
	Praças			X						X			
Marinha	Oficiais		X	X	X							X	X
	Praças		X						X				

Exército – 1889: Proclamação da República;

1892: Manifestos dos 12 Generais;

1892: Revolta do Sargento Silvino;

1895: Revolta da Escola Militar;

1897: Idem;

1904: Idem;

1915: Revolta dos sargentos;

1922: Revolta tenentista;

1924: Idem;

1930: Idem;

1930: Movimento Pacificador;

Marinha: 1891: Revolta da Esquadra;

1891: Revolta do “Primeiro de Março”;

1892: Manifesto dos 12 Generais

1893: Revolta da Armada

1910: Revolta dos Marinheiros

1924: Revoltas de Protógenes

Guimarães e Herculino Carcardo

1930: Movimento Pacificador

Tabela 2 – Estrutura do corpo de oficiais do exército 1889-1972 (%)

Estrutura	1889	1920	1929	1972*
Generais	2,5	0,9	0,7	2,1
Coronéis	2,7	2,7	2,2	8,0
Ten.Coronéis	2,8	3,5	3,44	13,8
Majores	4,7	6,5	6,6	26,6
Capitães	22,8	21,3	22,7	36,6
1º Tenentes	19,9	28,1	37,4	4,4
2º Tenentes**	<u>4,6</u>	<u>37,9</u>	<u>27,0</u>	<u>8,5</u>
Total	100,0 (N – 1.344)	100,0 (N = 3.8446)	100,0 (N = 5.275)	(N = 6.374)

Fonte: Almanaque do Exército para os respectivos anos

* Os dados para 1972 incluem apenas as armas tradicionais de infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia

** Inclui, em 1889, os alferes, e, em 1920, 1929 1972, os aspirantes a oficial.

TIPOLOGIA DAS FONTES

1- Fontes Orais

LEAL, Aristides Correia. **Depoimento; 1975-7**, Rio de Janeiro, FGV/CPDoc – História Oral, 1979. 161 pg. Datilografado.

MELLO, Nelson de. **Depoimento; 1978-9**, Rio de Janeiro, FGV/CPDoc – História Oral, 1983. Datilografado.

PRESTES, Luis Carlos. **Luis C. Prestes e os Antecedentes da Revolução de 1930**. Revista de Sociologia política, Curitiba, 20 de fev. 1988. Datilografado.

2- Fontes impressas

Livros de relatos e memórias de ex-participantes da Coluna Prestes de dos Movimentos Tenentistas.

BARROS, João Alberto Lins de. **A Marcha da Coluna**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1953.

LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes, marchas e combates**. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

TÁVORA, Juarez. **À guisa de Depoimentos sobre a Revolução Brasileira de 1924**. São Paulo: Tipografia de O Combate. 3 volumes, 1927/28.

_____. **Uma vida e muitas lutas - Memórias**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editor, 1973.

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

DE DECCA, Edgar. Salvadori. **O Silêncio dos Vencidos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930; Historiografia e História**. 9ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____. **A Revolução de 1930**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Brasil em Perspectiva**. 9ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

_____. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. T. 3: O Brasil Republicano. V. 2: Sociedade e Instituições. São Paulo: Difel, 1977.

FORJAZ, Maria C. Spina. **Tenentismo e Aliança Liberal; 1927-1930**. São Paulo: Livraria Editora Polis Ltda., 1978.

MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras; uma história da Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1995.

MOCELIN, Renato. **Coluna Prestes; a grande marcha**. São Paulo: Editora do Brasil, 1998.

ROSA, Virgínio Santa. **O Sentido do Tenentismo**. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes; análises e depoimentos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

_____. **História Militar do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

_____. **O tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PRESTES, Anita Leocádia. **Tenentismo Pós – 30; continuidade ou ruptura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.